

OS DESAFIOS FINANCEIROS, MATERIAIS E HUMANOS DA PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Paulo Sérgio da Silva¹

Resumo: Este artigo analisa e discute a adoção, a implantação e a execução das medidas tomadas pelo governo de Getúlio Vargas para a obtenção de recursos financeiros, a coleta de materiais estratégicos, a reorganização produtiva e o treinamento da defesa passiva civil, assim como a convocação, a seleção e o treinamento dos futuros combatentes brasileiros, desvelando aspectos inéditos da participação do país na Segunda Guerra Mundial.

Palavras-chave: Brasil; Segunda Guerra Mundial; Getúlio Vargas

THE FINANCIAL, MATERIAL AND HUMAN CHALLENGES OF BRAZIL'S PARTICIPATION IN WORLD WAR II

Abstract: *This article analyzes and discusses the adoption, implementation and execution of the measures taken by Getúlio Vargas*

¹ Doutor em História, Professor Associado, nível I, Universidade Federal de Uberlândia/Instituto de História, com experiência e pesquisas na área de História do Brasil, História Contemporânea, Patrimônio Cultural e História do Direito Constitucional. E-mail: <paulosilva@ufu.br>.

government to obtain financial resources, collection of strategic materials, productive reorganization and training of passive civil defense, as well as the convocation, the selection and training of future Brazilian combatants, revealing unprecedented aspects of the country's participation in World War II.

Key-words: *Brazil; World War II; Getúlio Vargas.*

Introdução

Por mais que a guerra suscite geralmente horror, não se pode apagá-la da história humana, porque as principais mudanças de uma fase para outra no mundo ocidental foram, em grande parte, seus produtos². Ela é um dos determinantes fundamentais do sistema internacional, favorece a sobrevivência ou a eliminação de certas unidades políticas, garante expansões, fomenta declínios, estipula fronteiras, mantém ou substitui governos, cria e/ou soluciona conflitos e possibilita o equilíbrio de poder ou a preponderância de um ou outro país, no cenário regional ou global³.

Contudo, a guerra não deixa de ser um instrumento a serviço da política. Trata-se da sua continuação, respondendo ambas às regras da mesma gramática, ainda que suas sintaxes sejam diferentes. Constitui-se num dos meios que as unidades soberanas, dotadas da capacidade e vontade para distinguir as suas constelações de amigos e de inimigos,

² BOBBIO, Norberto. *Teoria geral da política*. Rio de Janeiro: Campus, 2000. p. 510.

³ BULL, Hedley. *A Sociedade Anárquica*. São Paulo: Universidade de Brasília, 2002. p. 214. *Cordis*. Dimensões do Regime Vargas, v. 2, São Paulo, n. 19, p. 43-84, jul./dez. 2017. ISSN 2176-4174.

usam entre si para impor suas vontades, alcançar determinados objetivos, conseguir vantagens, defender interesses, impedir insubordinação e/ou domar as desobediências.⁴

O seu estudo demonstra que, embora recorrente na história humana, ela não é um empreendimento fácil, demanda recursos, organização, táticas e estratégias, tanto na perspectiva do ataque, quanto na órbita da defesa, suas duas principais faces. Ela é sempre um complicado e arriscado jogo político.

Nesse sentido, aborda-se aqui uma importante faceta da história brasileira, a participação do país na Segunda Guerra Mundial, no propósito de entender as peculiaridades, pressupostos e condicionantes que estiveram em cena durante tal processo histórico. Analisa-se a adoção, implantação e execução das medidas tomadas pelo governo de Getúlio Vargas em busca dos recursos financeiros, coleta de materiais estratégicos, reorganização produtiva e treinamento da defesa passiva civil, assim como a convocação, a seleção e o treinamento dos futuros combatentes, no período compreendido entre 22 de agosto de 1942, data da declaração de guerra do Brasil aos países do Eixo e a chegada dos primeiros combatentes nacionais em Nápoles, Itália, em 16 de julho de 1944.

São diversas as pesquisas e os escritos acerca da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, seja em relação ao torpedeamento de navios mercantes no litoral, a saga dos soldados da borracha, a importância dos suprimentos enviados para os aliados, a ocupação dos

⁴ BOBBIO, Norberto. *Op. Cit.* p. 34.

Cordis. Dimensões do Regime Vargas, v. 2, São Paulo, n. 19, p. 43-84, jul./dez. 2017. ISSN 2176-4174.

‘*marines*’ no nordeste, a vigilância costeira, a perseguição aos estrangeiros “*eixistas*” e/ou a participação dos pracinhas no front europeu, entre outros temas. Contudo, sobre os aspectos aqui abordados, variáveis importantes para a compreensão das reais condições, circunstâncias e parâmetros em que ocorreu a participação do país no conflito, resta uma singular lacuna, sobre a qual o presente texto aventura-se em apontar algumas pistas.

Para chegar aos dados relacionados aos objetos em questão foi utilizada a pesquisa e a crítica de notícias do período estudado disponíveis no acervo on-line da Folha de São Paulo, à época responsável pela edição da Folha da Manhã. Contudo, a exegese de tais fontes não se vinculou a propostas de análise de discurso, não buscou extrapolar o significado literal das palavras, focando a sua relação com a exterioridade, tampouco priorizar a discussão sobre as condições de por quem e/ou como elas foram produzidas ou gestadas, seja na perspectiva do dito ou do silenciado.

As matérias de cunho informativo, os comunicados oficiais e os editais que compõem o corpus documental foram inquiridos com o expresso objetivo de fornecer dados e revelar ações, medidas e procedimentos capazes de identificar, no tocante a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, o tratamento dado pelas autoridades governamentais as variáveis aqui selecionadas, no recorte temporal escolhido.

Brasil: da neutralidade à beligerância - peças num tabuleiro traiçoeiro

A partir de 1939 veio à tona no ocidente um conflito armado no qual, aproximadamente, sessenta milhões de homens pegaram em armas e que resultou na morte de cerca de quarenta e cinco milhões de pessoas, abatidas em decorrência de bombardeios, ataques, tiroteios, fuzilamentos e massacres, ou mesmo, em virtude da fome, a maioria vítimas civis.⁵ Nesse cenário, a disputa por alianças estratégicas na conquista de “espaços” foi uma das principais táticas dos beligerantes.

Desde o começo, os países envolvidos procuravam controlar territórios ricos em matérias primas essenciais a sua indústria bélica. Minérios, petróleo e borracha eram bens cobiçados no permanente desafio de somar parceiros estratégicos e de neutralizar a capacidade de produção e subsistência do inimigo, mediante ataques as suas cidades e/ou redes de abastecimentos. Nesse sentido, detentor de importantes riquezas naturais e numa posição geográfica estratégica o Brasil tornou-se foco de interesse de ambos os lados em conflito.⁶ Estabeleceu-se um dilema para o Governo Vargas: juntar-se aos países do eixo, entre os quais se encontrava a Alemanha, com quem mantinha importantes relações comerciais ou unir-se aos aliados, em sintonia com os Estados Unidos, significativo parceiro econômico.

A importância do país para os norte-americanos fundava-se no fato de que o nordeste brasileiro, notadamente a cidade de Natal, no Rio

⁵ COGGIOLA, Osvaldo (Org). *Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: USP, 1995. p. 37.

⁶ MACEDO. Ranielli Cavalcante de. *História, memória e espaços*. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Ciências Humanas e Artes, UFRN, Natal, 2009. p. 35-6.
Cordis. Dimensões do Regime Vargas, v. 2, São Paulo, n. 19, p. 43-84, jul./dez. 2017. ISSN 2176-4174.

Grande do Norte, era a melhor opção estratégica para interligar as suas rotas aéreas e marítimas com a Europa, permitindo-lhes vencer com segurança o oceano Atlântico. Eles viam esse controle como essencial para a defesa hemisférica e do Atlântico Sul e, fundamental, para o auxílio aos seus aliados na África do Norte, Europa e Extremo Oriente. Certifica tal interesse o fato de que consolidada a opção de Vargas pelos americanos, em atenção aos seus pedidos foi-lhes cedida, imediatamente, a Base Aérea de Natal, a “*Parnamirim Field*”. Dotada de novas pistas de pouso e decolagem, estacionamento, hangares, depósitos de combustível e armazéns para mantimentos, ali se instalaram aproximadamente 10 mil soldados norte-americanos e no seu auge lá se registrou a passagem de mais de 600 aeronaves daquele país, por dia.⁷

Como parte dos interesses táticos e estratégicos de Washington pelo Brasil estava, também, o seu desejo em assegurar a exclusividade na compra de importantes minerais (carvão, bauxita e ferro) e produtos tropicais nacionais, tais como café e carne em conserva e, especialmente, borracha.

A tomada dos territórios produtores do sudeste asiático pelo Japão e a ameaça de uma iminente escassez de borracha fez os americanos focarem, internamente, na preservação dos estoques domésticos disponíveis e na produção industrial sintética de tal item. Ao passo que, externamente, passaram a investir na diversificação das

⁷ AVELINO, Carmem Daniella Spínola da Hora. *O silenciamento no texto jornalístico e a construção social da realidade*. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, UFRN, Natal, RN, 2006. p. 52-3.
Cordis. Dimensões do Regime Vargas, v. 2, São Paulo, n. 19, p. 43-84, jul./dez. 2017. ISSN 2176-4174.

regiões fornecedoras de borracha crua, passando a olharem atentamente para a Amazônia brasileira e seus milhões de pés de seringueiras silvestres. Na busca de fontes alternativas para o fornecimento desse produto, interessaram-se pela ampliação e controle do comércio do látex silvestre, no Brasil.⁸

Getúlio Vargas, cobiçado por norte-americanos e alemães, explorou ao máximo as oportunidades criadas pela concorrência entre os interesses táticos e estratégicos duais. Contudo, Washington foi mais sagaz ao atender dois propósitos essenciais do governo brasileiro: obter a tecnologia e os recursos financeiros para construir uma grande siderúrgica nacional (mediante acordos de cooperação e financiamento Vargas obteve dos norte-americanos o compromisso do auxílio técnico e financeiro para a implantação da siderúrgica de Volta Redonda) e reequipar as forças armadas - ao romper as relações diplomáticas com o Eixo, em janeiro de 1942, o Brasil conseguiu acesso a um fundo de US\$ 200 milhões para as Forças Armadas nacionais adquirirem armas nos Estados Unidos. Nesse cenário, a balança pendeu em favor dos norte-americanos.⁹

Em 1942, após o ataque japonês à base naval de Pearl Harbor, no Havaí, os EUA convocaram a III Conferência dos Chanceleres das Repúblicas Americanas, realizada entre 15 e 28 de janeiro, no Palácio

⁸ GARFIELD, Seth. A Amazônia no imaginário norte-americano em tempo de guerra *Revista Brasileira História*, São Paulo, v. 29, n. 57, p. 19-65, Junho 2009. p. 4, 7 e 8.

⁹ ALVES, Vágner Camilo. Ilusão desfeita: a "aliança especial" Brasil-Estados Unidos e o poder naval brasileiro durante e após a Segunda Guerra Mundial. *Revista brasileira política internacional*, Brasília, v. 48, n. 1, p. 151-177, Jun. 2005. p. 09 e MOURA, Gerson. *Relações exteriores do Brasil*. Brasília: FUNAG, 2012. p. 51.

Cordis. Dimensões do Regime Vargas, v. 2, São Paulo, n. 19, p. 43-84, jul./dez. 2017. ISSN 2176-4174.

Tiradentes, na cidade do Rio de Janeiro. Num cenário de intensas pressões, os representantes das nações do hemisfério não aprovaram a proposta americana de declaração de guerra conjunta ao Eixo, preferiram manter a neutralidade. Contudo, assinaram resoluções atestando o seu apoio ao esforço de guerra norte-americano, assumiram colaborar com matérias primas indispensáveis à indústria militar dos EUA e a garantir a livre circulação de seus capitais. Finalmente, subscreveram a recomendação de Washington de que os países do continente deviam romper relações diplomáticas e comerciais com os governos do Eixo.¹⁰

Após pouco mais de três anos de conflito, chegou o momento decisivo para o governo Vargas, já não era possível manter o jogo duplo. Diante da crescente pressão, o Brasil associou-se aos Estados Unidos que apresentou propostas financeiras, táticas e estratégicas mais sedutoras e concretas. Em 28 de janeiro de 1942, o país rompeu relações diplomáticas com a Alemanha e a Itália. Optou pelos americanos, não sem protestos dos alemães que transferiram, imediatamente, o seu representante Kurt Prüffer e colaboradores para a Argentina, onde passaram a executar suas atividades diplomáticas voltadas para a América do Sul. Por sua vez, a Itália de Mussolini fez chegar aos ouvidos do encarregado de negócios brasileiros, em Roma, que o

¹⁰ MACEDO. Ranielli Cavalcante de. *Op. Cit.* p. 37-8.

Cordis. Dimensões do Regime Vargas, v. 2, São Paulo, n. 19, p. 43-84, jul./dez. 2017. ISSN 2176-4174.

“*Duce*” tinha memória de elefante e chegaria o dia em que o Brasil pagaria caro por essa decisão.¹¹

Em maio de 1942, o Brasil e os Estados Unidos firmaram uma aliança militar, resultando na Comissão Mista de Defesa Brasil Estados Unidos, em Washington, com a função do estudo e preparo de recomendações referentes à defesa dos dois países e a responsabilidade de negociar e aprovar, a transferência de equipamentos bélicos e armamentos aos brasileiros. E, na Comissão Militar Mista Brasil Estados Unidos, no Rio de Janeiro, com a atribuição de auxiliar na implantação das recomendações da Comissão Mista.¹²

Após o rompimento diplomático entre Brasil e Alemanha, navios mercantes nacionais tornaram-se alvos de ataques em águas internacionais. Diante das dúvidas sobre a origem dos agressores, documentos oficiais atribuíram-nas a “submarinos não identificados”. Tecnicamente, as autoridades governamentais não consideraram tais agressões como ato de guerra, porque elas foram executadas em águas internacionais, contra embarcações mercantes. Embora, extra oficialmente, soubesse-se que tais assaltos tratavam-se, efetivamente, de ação da Marinha de Guerra alemã que, autorizada pelo Parlamento, passou a atacar e a afundar, incluso em águas internacionais, sem aviso e/ou explicações, os navios de todas as nações que acreditavam auxiliar os seus inimigos.¹³

¹¹ CRUZ, Luiz Antônio Pinto. “*A guerra já chegou entre nós*”. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal da Bahia. Salvador – BA, 2012. p. 40-45.

¹² ALVES, Vágner Camilo. *Op. Cit.* p. 09-10.

¹³ CRUZ, Luiz Antônio Pinto. *Op. Cit.* p. 40-45.

Cordis. Dimensões do Regime Vargas, v. 2, São Paulo, n. 19, p. 43-84, jul./dez. 2017. ISSN 2176-4174.

Contudo, entre os dias 15 e 16 de agosto de 1942, a ação alemã foi incisiva e explícita, torpedearam seis embarcações comerciais brasileiras no litoral de Sergipe e da Bahia, matando centenas de pessoas. Houve um ataque direto em águas nacionais, uma agressão armada hostil caracterizando um evidente ato de guerra contra o Brasil.

Tecnicamente, torpedear significa “lançar torpedos contra” ou “destruir por meio de torpedos”, é uma ação submarina que atende aos propósitos de uma logística militar preestabelecida. Contudo, além de efetivamente afundar os navios, tal ato gerou implicações sociais diversas, as experiências traumáticas vivenciadas pelos sobreviventes propagaram-se, atingiram seus amigos, parentes, conhecidos. O temor de novos ataques e a insegurança espalharam-se entre moradores das cidades litorâneas.¹⁴

No momento dos ataques alemães, a Marinha brasileira não tinha qualquer capacidade técnica e/ou operacional para fazer frente às agressões. As suas embarcações de combate eram obsoletas e não possuíam nenhuma serventia contra os submarinos de Hitler, as suas doutrinas e táticas não previam tal tipo de conflito, ela era incapaz de responder por si mesma as ofensivas.¹⁵ De imediato, tais atos de guerra geraram comoção e protestos pelo país, uma resposta enérgica passou a ser esperada e apoiada por muitos setores da sociedade nacional. Diante de tão incisiva afronta, o Brasil declarou guerra aos países do Eixo, em 22 de agosto de 1942.

¹⁴ CRUZ, Luiz Antônio Pinto. *Op. Cit.* p. 18.

¹⁵ ALVES, Vágner Camilo. *Op. Cit.* p. 10.

Após a decisão do Governo Vargas, Itália e Alemanha emitiram notas afirmando que tal iniciativa não foi uma surpresa para ambas, uma vez que o país já assumira publicamente o apoio aos norte-americanos. A Alemanha alegou que já advertira Vargas a respeito de possíveis ataques a sua marinha mercante, em situações de colaboração ou a serviço dos aliados e encerrou afirmando que, a partir daquele momento torpedearia todas as embarcações brasileiras que tentassem levar suprimentos aos aliados. Na visão dos alemães, o país adotou contra eles, paulatinamente, uma atuação de beligerância ao favorecer os EUA e os aliados envolvidos no conflito. A neutralidade fora violada, aos seus olhos, pelos próprios brasileiros ao se tornarem fornecedores de matérias primas fundamentais para os eu inimigos.

Fazer a guerra: a busca por recursos financeiros e materiais

Ao insurgir-se contra os países do Eixo, o Brasil estava mergulhado em problemas financeiros e sofria com os efeitos de uma crise econômica de grande escala, atrelada à perda de mercados na Europa. Tal situação implicava em severas limitações quanto aos recursos, efetivamente, disponíveis para custear a preparação material e humana necessários para um confronto bélico militar.

Tal condição levou o governo a optar pela venda de papéis para fortalecer o caixa e assegurar os valores necessários à satisfação de tais despesas, foram lançadas as “obrigações de guerra”, títulos de dívida interna emitidos nos valores de 100, 200, 500, 1000 e 5000 mil cruzeiros. Negociáveis na bolsa de valores eles tinham preferência

sobre os demais papéis, embora o seu resgate estivesse vinculado ao fim do conflito. Garantidos pelo Tesouro Nacional, detinham rendimento nominal de 6% ao ano com capitalização semestral nos meses de março e setembro, os seus juros eram computados nos vencimentos subsequentes e serviam, ao seu portador, como garantia em caso de empréstimos bancários,¹⁶

Para adquiri-los o cidadão comprava o “título de subscrição”, não negociável e/ou transferível nessa fase, salvo em virtude da morte de seu possuidor. Após o transcurso de determinados prazos era providenciada a troca desse título pelo “bônus de guerra”, este sim, um ativo ao portador que podia ser transmitido para outra pessoa a qualquer tempo.¹⁷

A subscrição pública de obrigações de guerra foi regulamentada pelo decreto-lei número 4.789, de 05 de outubro de 1942 e pela portaria número 09, de 24 deste mesmo mês e ano. A responsabilidade do seu recolhimento foi confiada a várias repartições: à caixa de amortização, no Rio de Janeiro, capital do Brasil, às delegacias fiscais, nos demais Estados e às alfândegas de Parnaíba, Santos, Paranaguá, São Francisco, Rio Grande, Pelotas, Santana do Livramento, Uruguaiana e Corumbá. Já no exterior os brasileiros podiam obtê-las na delegacia do tesouro em Nova York ou nos consulados espalhados por várias nações, sendo que

¹⁶ Seu filho poderá ser chamado [Propaganda]. *Folha da Manhã*, S. Paulo, 13 jun. 1943, 1º caderno, p. 7.

¹⁷ Terá início dia 10 de novembro a subscrição pública de “obrigações de guerra”. *Folha da Manhã*, S. Paulo, 29 out. 1942, 1º caderno, p. 3.
Cordis. Dimensões do Regime Vargas, v. 2, São Paulo, n. 19, p. 43-84, jul./dez. 2017. ISSN 2176-4174.

nesses casos, a sua emissão, resgate e circulação ficaram a cargo do Serviço de Obrigações de Guerra.

Inicialmente previstos apenas como de aquisição voluntária, não tardou para que esses títulos fossem elevados à condição de investimentos compulsórios para determinados segmentos, a saber, os contribuintes do imposto de renda e os trabalhadores associados aos sindicatos e caixas de aposentadorias e pensões.¹⁸

A partir de janeiro de 1943, foi estipulado que os tributados pelo imposto de renda estavam obrigados ao pagamento das contribuições de guerra, equivalentes ao valor do imposto devido no ano anterior, mediante um aporte anual dividido em 12 parcelas, com multa de 10% em caso de mora nos pagamentos, sendo os seus respectivos “bônus de guerra” entregues no momento da liquidação global das cotas.¹⁹ Já os trabalhadores associados aos sindicatos e caixas de aposentadorias e pensões passaram a ser submetidos ao recolhimento obrigatório mensal de 3% de seus salários, descontados diretamente no holerite, os quais somados eram devolvidos em títulos de “obrigações de guerra”, ao final de cada semestre.

Na primeira semana de implantação da arrecadação compulsória foi obtido o expressivo valor de CR\$ 23.027.964,00. Sendo que ao final do primeiro mês, só no Estado de São Paulo foram angariados mais de 18 milhões de cruzeiros. Entre janeiro a julho chegou-se a significativa

¹⁸ Recolhimento da subscrição de Obrigações de guerra. *Folha da Manhã*, S. Paulo, 27 jan. 1944, 1º caderno, p. 4.

¹⁹ Esclarecimentos sobre a subscrição de “bônus de Guerra”. *Folha da Manhã*, S. Paulo, 20 fev. 1943, 1º caderno, p. 3.

quantia de Cr\$ 436.648.172,90, com destaque para a arrecadação no Rio de Janeiro de Cr\$ 184.083.733,60 e, em São Paulo, de Cr\$ 145.043.046,90, seguidos por Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco.²⁰

A partir de então, o governo realizou várias campanhas para intensificar a venda desses papéis, entre elas a de outubro de 1943, feita pela associação dos empregados do comércio da cidade de São Paulo sugeria que no natal daquele ano todos os brasileiros e, em especial, os comerciários ao invés de darem presentes aos parentes e amigos dessem “bônus de guerra”. O resultado desse movimento coordenado e sistemático foi que, transcorrido um ano do início da emissão dos títulos, de compra voluntária e os de aquisição compulsória, chegou-se a impressionante arrecadação de Cr\$ 724.032.331,60, do quais aproximadamente 40% eram oriundos do Rio de Janeiro, responsável por Cr\$ 278.729.032,60, conforme os dados de janeiro de 1944.²¹

Ao lado da necessidade de recursos financeiros, o esforço de guerra trouxe ao Brasil a demanda pela posse de determinados materiais estratégicos, notadamente borracha e alguns tipos de metais para repassar aos aliados ou para uso próprio. Tal condição levou o governo Vargas a fazer campanha para arrecadá-los entre a população civil.

No caso dos metais a iniciativa governamental priorizou a coleta de zinco, chumbo, latão, estanho, alumínio, bronze e ferro. Contudo, foi

²⁰ Dezoito milhões de cruzeiros no primeiro mês de arrecadação das “Obrigações de guerra” em São Paulo. *Folha da Manhã*, S. Paulo, 05 fev. 1943, 1º caderno, p. 4.

²¹ O recolhimento das quotas de “Obrigações de guerra”. *Folha da Manhã*, S. Paulo, 09 out. 1944, 1º caderno, p. 2.

necessário orientar a população informando-lhe quais materiais eram de fato reaproveitáveis, pois, folhas de flandres – *liga metálica de folhas de ferro estanhado, utilizadas na fabricação de latas para acondicionar alimentos e óleos e em utensílios domésticos e industriais* - ou ferro enferrujados não serviam para a indústria da guerra.²²

Durante o mês de julho de 1943 ocorreu a campanha da borracha, mediante a coleta de luvas, solas, bicos de mamadeiras, tênis, sapatos, galochas, cortinas de banheiro, descansos para mesas, aventais, pneus, câmaras de ar, sacos de gelo e água quente e brinquedos que não estivessem em uso, visando o reaproveitamento da borracha presente em tais objetos. O recolhimento foi concentrado nas escolas sob a supervisão geral da Legião Brasileira de Assistência, os alunos das redes de ensino primárias, secundárias e profissionais foram orientados a arrecadarem o material doado nas residências, no comércio e nas indústrias.²³

Incentivou-se, nacionalmente, que os proprietários de pneus e câmaras os vendessem nos postos de gasolina, com os valores entre Cr\$ 12,00 a CR\$ 20,00 e de CR\$ 3,00 a CR\$ 7,00, respectivamente. Caso tais objetos fossem recolhidos por estudantes, eles eram levados diretamente para as escolas e o dinheiro resultante da venda destinado a Força Expedicionária Brasileira. Exitosa essa empreitada obteve só no Estado de São Paulo mais de 500 toneladas de borracha, sendo 230

²² Opinião de um oficial do serviço bélico sobre a campanha do metal entre nós. *Folha da Manhã*, S. Paulo, 17 out. 1942, 1º caderno, p. 5.

²³ A coleta de borracha usada. *Folha da Manhã*, S. Paulo, 02 jul. 1943, 1º caderno, p. 2. *Cordis*. Dimensões do Regime Vargas, v. 2, São Paulo, n. 19, p. 43-84, jul./dez. 2017. ISSN 2176-4174.

nas cidades do interior e mais de 300 toneladas na capital, durante o mês de sua vigência.²⁴

Viver a guerra: a defesa territorial e os recursos humanos

Um exercício de guerra eficiente demanda que seja feita a reconfiguração das potencialidades produtivas, mediante a reordenação das manufaturas e da mão de obra, em favor do esforço militar.²⁵ Nesse sentido, a declaração de guerra aos países do eixo obrigou o governo brasileiro a criar cursos de capacitação profissional, a fazer campanhas de incentivo para a produção de gêneros alimentícios e a atualizar a produção nacional, sob a lógica de uma economia de guerra.

Para tentar sanar a carência de determinados tipos de operários, em setembro de 1942, criou-se o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) para coordenar e oferecer cursos de aprendizagem industrial, ampliando, desse modo, os quadros de trabalhadores qualificados necessários à indústria civil e militar.²⁶ Foram contempladas, inicialmente e de forma emergencial, as seguintes formações: mecânico, furador, torneiro, planador e frisador, chapas e instalações para caldeiras, funileiro, encanador, solda, fundição, eletrotécnica, carpintaria naval, motores a gasolina, diesel e para aviação.

²⁴ Encerra-se hoje em todo o Estado a campanha da borracha reaproveitável. *Folha da Manhã*, S. Paulo, 15 jul.1943, 1º caderno, p. 12.

²⁵ CYTRYNOWICZ, Roney. *Guerra sem guerra*. São Paulo, Geração Editorial/Edusp, 2000. p. 15.

²⁶ A mobilização da mão de obra. *Folha Manhã*, S. Paulo, 26 set.1942, 1º caderno, p. 4. *Cordis*. Dimensões do Regime Vargas, v. 2, São Paulo, n. 19, p. 43-84, jul./dez. 2017. ISSN 2176-4174.

Em sequência, a Secretaria da Agricultura de São Paulo mobilizou os produtores rurais do Estado para que cultivassem uma maior variedade de víveres, primordiais para a alimentação dos soldados convocados. Os camponeses que trabalhavam apenas com monoculturas, tais como café e algodão, foram estimulados a introduzirem em suas propriedades o plantio de arroz, feijão e, também a investirem na pecuária. Para tanto, o órgão intensificou a distribuição e a venda de sementes para ajudar a diversificação dos cultivos e, por intermédio do Comitê de Fomento da Produção Agrícola enviou técnicos e agrônomos para prestarem assistência aos agricultores.²⁷

Os trabalhadores passaram a ser considerados soldados mobilizados, a Federação das Indústrias e o Comando da Segunda Região Militar catalogaram todas as unidades industriais e fábricas paulistas, identificando as suas respectivas atividades, mapeando os seus quadros de funcionários, de modo que a futura convocação dos combatentes não prejudicasse a produção. Foram enviadas fichas para tais estabelecimentos, solicitando a classificação, por parte dos dirigentes, dos trabalhadores em três categorias: “os indispensáveis”, os “substituíveis em até 60 dias” e os “dispensáveis”.

O empregado de difícil substituição, cuja ausência ocasionasse a suspensão das atividades ou a queda da produção industrial, era considerado “indispensável” e não seria convocado para fazer parte das forças de combate. Aqueles operários importantes, mas não essenciais,

²⁷ Afim de tratar da cultura de cereais e da multiplicação do rebanhos, reunir-se-ão os lavradores do Estado. *Folha da Manhã*, S. Paulo, 03 out. 1942, 1º caderno, p. 4. *Cordis*. Dimensões do Regime Vargas, v. 2, São Paulo, n. 19, p. 43-84, jul./dez. 2017. ISSN 2176-4174.

ou seja, os “substituíveis em 60 dias”, após a convocação deveriam esperar, até dois meses, no posto de trabalho para que o empregador conseguisse um substituto para a sua função na fábrica e, depois, deveriam seguir até o corpo militar no qual deveria apresentar-se. Finalmente os “dispensáveis” deveriam ser incorporados imediatamente ao serem chamados, já que a sua ausência não causaria prejuízo para a produção.²⁸

Durante o processo de reordenação do sistema produtivo, determinadas unidades fabris foram convertidas em indústrias de interesse militar, sendo os seus trabalhadores submetidos a regulamentações específicas. Com o objetivo de evitar paradas e assegurar o funcionamento de tais linhas de montagens disciplinou-se que a falta ao trabalho de seus funcionários, por oito dias consecutivos, sem justificativa legítima, seria considerada crime de deserção, passível de punição de um a quatro anos de reclusão. Já as ausências injustificadas, inferiores a oito dias, seriam punidas com multa de 03 dias salários para cada dia perdido, nos termos do decreto 4.937 de 09 de novembro de 1942.

Fixou-se que a atribuição da condição de estabelecimento de interesse militar às fabricas seria feita mediante a aprovação, pelo Presidente da República, das indicações dos Ministérios da Guerra, da Marinha e da Aeronáutica. Uma vez designadas como tal, eram-lhes destinados os reservistas para que ali prestassem serviço até que lhes

²⁸ Como se processará, no Estado de São Paulo, a mobilização dos operários de nossos estabelecimentos industriais. *Folha da Manhã*, S. Paulo, 22 out.1942, 1º caderno, p. 5. *Cordis*. Dimensões do Regime Vargas, v. 2, São Paulo, n. 19, p. 43-84, jul./dez. 2017. ISSN 2176-4174.

fosse atribuída outra alocação, por autoridade competente. Firmado o arcabouço normativo, em fevereiro de 1943, o Presidente Getúlio Vargas declarou de interesse militar as seguintes unidades civis: Andor Bokor, Companhia nacional de ferros IGA, Exata Ltda., Indústria do aço e metais Ltda., Mecânica Carioca, do Rio de Janeiro; General Motors e Cia, PieriViloeses e Cia, situadas no Estado de São Paulo e a Companhia Belgo-Mineira, em Minas Gerais.²⁹

Se a beligerância autoriza e orienta que um Estado promova prejuízos materiais e humanos ao seu oponente, ela implica, também, um duplo risco: a possibilidade de derrota no campo da batalha, em face de uma inadequada preparação material e humana e/ou de erros estratégicos ou táticos e a temeridade de o país sofrer um contra-ataque em seu próprio território, capaz de atribuir-lhe prejuízos semelhantes ou maiores aos que ele se propunha causar ao inimigo declarado. Ou seja, além da capacidade ofensiva a guerra demanda, também, a proteção das tropas, equipamentos, armamentos e acampamentos no front de batalha, assim como o resguardo do próprio território de ataques por parte do inimigo. Nesse sentido, um esforço de guerra exige, também, aos países beligerantes a garantia e proteção de seu território e de sua população civil.

O primeiro passo dado pelo governo de Getúlio Vargas para assegurar a proteção do solo brasileiro de ataques alemães ou italianos foi a organização do Serviço de Defesa Passiva Antiaérea, sob os

²⁹ Declaradas de interesse militar várias fabricas do país. *Folha da Manhã*, S. Paulo, 27 fev. 1943, 1º caderno, p. 4.

cuidados do Ministério da Justiça, em agosto de 1942.³⁰ Na cidade de São Paulo tal iniciativa levou a elaboração de projetos de abrigos cobertos e trincheiras para a proteção da população, nas praças e jardins públicos e em ações junto aos cidadãos para que colaborassem com a defesa passiva construindo instalações simples em seus quintais, chácaras e sítios.³¹

Alguns meses depois, já em 1943, em virtude do medo do bombardeio pela força aérea alemã das áreas litorâneas brasileiras, a Superintendência de Defesa Passiva adotou a redução sistemática da iluminação, nesses locais. Determinou que à noite nas cidades costeiras as luzes fossem apagadas de forma alternada, ordenou o desligamento das vitrines de lojas, a partir das 21 horas e proibiu o uso de fogos de artifício e de sinalizadores de alertas no topo dos prédios.

Em uma faixa de dez quilômetros do mar, estipulou-se que fossem desligados todos os anúncios brilhantes, assim como as luzes externas de residências e de estabelecimentos públicos ou particulares, devendo-se conter o vazamento de luminosidade em janelas, portas e sacadas dos prédios, com vista para o oceano. Foram proibidas as festas próximas ao litoral e, inclusive, nessas áreas os veículos deveriam circular com faróis apagados, quando próximos à praia.³²

³⁰ Criado o serviço de defesa passiva antiaérea em todo o país. *Folha da Manhã*, S. Paulo, 27 ago. 1942, 1º caderno, p. 3.

³¹ Construção de trincheiras-abrigos públicos e particulares. *Folha da Manhã*, S. Paulo, 04 nov. 1942, 1º caderno, p. 3.

³² Redução da iluminação das cidades em todo o litoral como medida de defesa. *Folha da Manhã*, S. Paulo, 07 ago. 1943, 1º caderno, p. 3.

Na capital federal foi coibida a iluminação da orla e dos prédios, com ou sem sacadas, no Leblon, Ipanema, Leme e Praia Vermelha, locais em que os edifícios deveriam permanecer às escuras. Nas zonas altas e ruas transversais em relação à costa, a população foi orientada a manter fechadas todas as aberturas que pudessem emitir claridade para o oceano, seja por meio da pintura, com tinta escura, de todas as vidraças voltadas para o mar ou através do uso de cortinas opacas. Determinou-se que fossem reduzidas ao mínimo as luzes dos bondes e foram vedadas fogueiras, tudo isso sob a fiscalização das diretorias, nacional e regional, de defesa passiva, auxiliadas pela polícia civil.³³

Nesse mesmo período, iniciaram-se os exercícios de escurecimento, medida de segurança em São Paulo e Rio de Janeiro. Tratava-se de tática defensiva a ser adotada em caso de bombardeio da força aérea alemã, com a finalidade de atenuar a eficiência do ataque, pois com a cidade às escuras caso os pilotos lançassem bombas o fariam as cegas, já que àquela época os aviões de combate não possuíam radares.

Funcionava assim, se as luminárias das ruas não se acendessem no horário habitual era o sinal de que o treinamento estava começando. Nesse caso, as ordens eram para que ninguém ligasse nenhuma luz das residências até as 18h54min, condição que valia, também, para os anúncios reluzentes. Todos deveriam aguardar até que as lâmpadas dos postes nas vias públicas estivessem acesas para acionarem as

³³ Proibida pelo Serviço de Defesa Passiva a iluminação da orla do Rio de Janeiro. *Folha da Manhã*, S. Paulo, 11 ago. 1943, 1º caderno, p. 4.
Cordis. Dimensões do Regime Vargas, v. 2, São Paulo, n. 19, p. 43-84, jul./dez. 2017. ISSN 2176-4174.

residenciais.³⁴ A finalidade desses exercícios era treinar a população para que num eventual ataque aéreo, ela soubesse os procedimentos a serem adotados, pois a presença do parque industrial e dos diversos aquartelamentos militares fazia da cidade de São Paulo um alvo em potencial.

Tais exercícios envolviam o *black out total* que consistia em desligar completamente a iluminação da cidade, situação na qual todos os pedestres e motoristas dos carros deveriam cessar seus fluxos e se dirigirem aos prédios mais próximos, para procurarem abrigo. O escurecimento deveria ser total, ou seja, nenhuma luz deveria ser acesa, nem mesmo nos hospitais, normalmente, esse tipo de treinamento acontecia por apenas cinco minutos.³⁵ Já o *black out parcial*, mais comum, não exigia o cessar do fluxo dos veículos e pedestres, as luzes das ruas permaneciam acesas, porém eram apagadas alternadamente, sendo reduzidas à metade.

Durante os treinamentos os moradores podiam acender as lâmpadas de apenas dois cômodos em suas residências, desde que tais espaços não tivessem portas, clarabóias ou janelas voltadas para a rua. As fabricas que necessitassem continuar o trabalho durante o exercício e/ou as casas que possuíam cômodos com aberturas para a rua deveriam pintar as vidraças de preto ou cobri-las com panos escuros, para manterem a iluminação restrita ao ambiente interno. Já aos pedestres

³⁴ Nesta semana, tudo deve permanecer apagado até às 18 horas e 54 minutos. *Folha da Manhã*, S. Paulo, 09 dez. 1942, 1º caderno, p. 5.

³⁵ Esperam-se completos resultados com os exercícios do segundo “Black-out” parcial da cidade de S. Paulo, a serem realizados sexta-feira próxima. *Folha da Manhã*, S. Paulo, 23 set. 1942, 1º caderno, p. 5.

era recomendado circularem exclusivamente pela calçada, usarem roupas claras, se possível, ou uma faixa branca no braço e só sair de suas residências se realmente necessário. Nessas situações, os carros só estavam autorizados a trafegar com velocidade de até trinta quilômetros e os motoristas eram orientados a permanecerem à direita da via. Os veículos deveriam ter os faróis cobertos com tinta ou tampados com tecido preto, deixando a vista tão somente um pequeno feixe de luz, suficiente para serem visto pelos outros autos e transeuntes.³⁶

O primeiro exercício de escurecimento foi realizado às dez e trinta da noite, no dia 14 de setembro de 1942, em Niterói, no Estado do Rio de Janeiro. Após explosões de foguetes sinalizadores e o toque de sirenes foi dado início ao treinamento com o desligamento total da iluminação pública, enquanto aviões sobrevoaram a cidade simulando um bombardeio. Prontamente, todas as atividades comerciais foram paralisadas, assim como o tráfego de veículos, enquanto era encenada a tomada de assalto da localidade.³⁷

Na cidade de São Paulo, a primeira operação de escurecimento aconteceu no dia 18 de setembro de 1942, tendo sido repetida, a partir daí, em inúmeras sextas-feiras, após o por do sol para educar devidamente a população. O ensaio inicial foi executado apenas na zona leste da capital paulista, depois foi a vez da região oeste e, finalmente, da cidade inteira. Como ainda não haviam sido construídos os abrigos

³⁶ Estão sendo ultimados os preparativos para o exercício de “Black-out”, sexta-feira próxima, nesta capital. *Folha da Manhã*, S. Paulo, 16 set.1942, 1º caderno, p. 3.

³⁷ Obtiveram pleno êxito os exercícios de obscurecimento realizados ontem em Niterói. *Folha da Manhã*, S. Paulo, 15 set. 1942, 1º caderno, p. 3.

aéreos projetados, a recomendação era que os civis se escondessem nos porões, adegas, salas centrais de prédios ou lugares com paredes reforçadas.³⁸

O não cumprimento por parte da população das determinações em relação aos exercícios de escurecimento envolvia a possibilidade de severas punições, quem fosse flagrado desobedecendo corria o risco de ser preso e apresentado na superintendência da segurança política e social. Dependendo da falta cometida o cidadão poderia ser detido por até dois anos, penalidade cominada também, aos proprietários de estabelecimentos que permitissem falhas em suas instalações e comprometessem o bom funcionamento do treinamento.³⁹

Os primeiros exercícios na cidade de São Paulo foram tumultuados e com diversos erros. Os escurecimentos parciais não eram anunciados, estavam apenas previstos para acontecerem nas sextas feiras, assim que a luz natural fosse extinta, precedidos por um *black out total* de cinco minutos. Nesses treinamentos iniciais muitos moradores não vedaram completamente as laterais e os fundos das suas residências, outros saíram de suas casas antes do começo da atividade deixando luzes acesas, prejudicando a estratégia. Uma boa parte dos motoristas não cobriu os faróis de seus veículos, ao invés disso apagaram-nos, o que não era correto. Além do mais, não atenderam a determinação de fixar uma faixa lateral nos carros de cinco centímetros

³⁸ Serão realizados sexta-feira próxima, pela primeira vez, em S. Paulo, exercícios práticos de “Black-out” *Folha da Manhã*, S. Paulo, 15 set. 1942, 1º caderno, p. 7.

³⁹ Acertadas todas as medidas para a realização, hoje, dos primeiros exercícios de “Black-out” nesta capital. *Folha da Manhã*, S. Paulo, 18 set. 1942, 1º caderno, p. 5.
Cordis. Dimensões do Regime Vargas, v. 2, São Paulo, n. 19, p. 43-84, jul./dez. 2017. ISSN 2176-4174.

pintada com tinta branca ou fosforescente, essencial para a visualização do automóvel pelos demais condutores e pedestres.

A partir do quarto exercício, em 16 de outubro de 1942, aplicou-se uma nova estratégia, sinais de alerta foram adotados para avisar a população do seu começo e fim. Para ameaça eminente e início do treinamento, sirenes e apitos com silvos de 20 segundos e intervalos de 10 segundos em oito toques e sinos em repiques rápidos, durante 3 minutos. Fim do alerta e encerramento do exercício: sirenes e apitos, durante 3 minutos contínuos e os sinos tocando durante alguns minutos em dobres longos, graves e intermitentes. Essa nova organização melhorou a eficiência dos treinamentos habilitando a população a essa coordenação tática e estratégica.⁴⁰

Em seguida vieram os exercícios de alarme antiaéreo durante o dia, originariamente realizado às 14 horas do dia 22 de outubro, no Rio de Janeiro, ocasião em que a população foi direcionada para os abrigos, bondes e automóveis ficaram estacionados, o comércio ficou parado por meia hora, permanecendo a cidade deserta.⁴¹ Já em São Paulo o teste inaugural dessa modalidade aconteceu em 30 de outubro, o tráfego dos carros e dos pedestres foi interrompido, todos se abrigaram, passageiros, cobradores, condutores e transeuntes, o comércio,

⁴⁰ Tomadas todas as providências para o êxito do exercício de “Black-out” a realizar-se hoje, promovido pelo Serviço de Defesa Passiva Antiaérea. *Folha da Manhã*, S. Paulo, 16 out. 1942, 1º caderno, p. 4.

⁴¹ Primeiro exercício de alerta diurno antiaéreo. *Folha da Manhã*, S. Paulo, 23 out. 1942, 1º caderno, p. 2.

repartições, fabricas e escritórios foram fechados, enquanto os aviões da FAB sobrevoavam a cidade.⁴²

Nos meses seguintes, a Diretoria Nacional de Defesa Passiva realizou inúmeros exercícios de escurecimento de surpresa, basicamente as orientações para a população era que mantivesse a calma e seguisse as três regras fundamentais: tudo para, todos se abrigam e tudo fecha. No caso de São Paulo, esse treinamento aconteceu pela primeira vez no dia 10 de dezembro de 1942, o alerta foi dado às 19h15min da noite e o exercício terminou às 20 horas, a cidade cessou o movimento e os cidadãos imediatamente procuraram abrigo demonstrando-se êxito na capacitação.⁴³

Outras cidades do Brasil também receberam esse tipo de operação, por exemplo, Natal, no Rio Grande do Norte foi submetida ao *black out total* por doze dias seguidos, a partir do dia 17 de dezembro de 1942. Desde então, esses exercícios espalharam-se pelos demais aglomerados urbanos do território nacional, incluso, a partir de junho de 1943, todas as capitais dos estados brasileiros.

Transcorridos aproximadamente 15 meses da declaração de guerra do Brasil contra a Alemanha e a Itália, as demandas por recursos financeiros, o abastecimento de metais e borracha, a reorganização e a capacitação do sistema produtivo de alimentação, a obtenção de suprimentos e equipamentos militares, aeronaves e o treinamento da

⁴² Hoje, entre as 13 e 16 horas, o primeiro exercício de “alerta diurno” em S. Paulo *Folha da Manhã*, S. Paulo, 30 out. 1942, 1º caderno, p. 5.

⁴³ Verificou-se ontem nesta capital, obtendo completo êxito, o escurecimento total de surpresa organizado pelo Serviço de Defesa Passiva Antiaérea. *Folha da Manhã*, S. Paulo, 11 dez. 1942, 1º caderno, p. 8.

população civil para situações de defesa passiva estavam concluídos. Falta saber, em que pé estavam os combatentes.

A declaração de guerra não implicou no imediato envio de forças militares nacionais para o front de batalha, cujo primeiro embarque ocorreu somente em abril de 1944, ou seja, mais de um ano e meio após a formalização da beligerância. Tal período alongado explica-se pelo fato de que a participação das tropas brasileiras nos combates envolvia diversas variáveis, entre elas: a concordância das lideranças políticas e militares aliadas quanto à pertinência dessa ação, a definição das funções, papéis e do alcance desta atuação, decisões táticas e estratégicas relativas aos locais, contingentes, formas e meios da cooperação e, principalmente, a efetiva mobilização e treinamento de um corpo de soldados, já que o país não tinha tradição em conflitos armados e, tampouco, uma força militar devidamente equipada e treinada para atuar prontamente na frente de combate, no momento da opção pela beligerância.

Obstinado pela participação das tropas brasileiras no conflito e diante da persistência da indefinição quanto a tal ponto, em janeiro de 1943, na cidade de Natal, Getúlio Vargas encontrou-se com o Presidente norte-americano Roosevelt. Nessa ocasião manifestou a firme disposição do país de atuar ativamente no campo de batalha, propôs, especificamente, o envio de forças militares nacionais para combater no norte da África de modo a afastar qualquer possibilidade

de uma invasão alemã ao território brasileiro por aquela via. Ao final do encontro obteve o aval do colega aos seus pleitos.⁴⁴

A chancela do governo norte-americano à futura atuação das tropas brasileiras no front abriu espaço para um estreito intercâmbio tático e estratégico entre autoridades militares e civis dos dois países, possibilitou o treinamento de oficiais e comandantes nacionais junto ao Estado Maior dos EUA, além do envio de equipamentos e armas para o Brasil.

Após receberem instruções e capacitação em bases norte-americanas, oficiais brasileiros viajaram para África com a missão de organizar a chegada da Força Expedicionária Brasileira, checar os preparativos finais junto ao Estado Maior aliado e visitar a frente de batalha italiana, em dezembro de 1943.⁴⁵ Em solo africano, junto às tropas francesas, participaram de inserção em campo de minas, desmontes de cargas, visitas a centros de treinamento de unidades blindadas e exercícios de assalto e de demolição.

Finalmente, em 15 de dezembro chegaram à frente italiana, presenciaram demonstrações de armas da infantaria norte americanas, foram à Nápoles para examinar as futuras instalações e o sistema de abastecimento das tropas brasileiras e participaram de operações nos campos de batalha. De volta ao Brasil dedicaram-se à preparação física,

⁴⁴ BONET, Fernanda dos Santos. *Autoritarismo e nacionalismo: o discurso oficial sobre o envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial, através das páginas da revista “Cultura política”*. Dissertação (Mestrado em História). Fac. de História, PUCRS, Porto Alegre, 2010. p. 114 e ALVES, Vágner Camilo. *Op. Cit.* p. 103.

⁴⁵ Encontram-se na África do Norte vários oficiais das forças armadas brasileiras. *Folha da Manhã*, S. Paulo, 14 dez. 1943, 1º caderno, p. 1.
Cordis. Dimensões do Regime Vargas, v. 2, São Paulo, n. 19, p. 43-84, jul./dez. 2017. ISSN 2176-4174.

técnica e especializada das tropas da FEB, nos campos de treinamento de Engenho da Aldeia, em Recife e de Gerincinó, no Rio de Janeiro.⁴⁶

Embora a seleção das tropas somente tenha-se iniciado em 21 de outubro de 1943, a mobilização, em todo o território nacional, do exército e dos reservistas fora decretada em 16 de setembro de 1942. Determinou-se que os soldados seriam convocados pelas autoridades competentes, de cada região militar, segundo as suas necessidades, fixando-se que todos os brasileiros natos ou naturalizados estavam obrigados a se apresentarem, com exceção dos legalmente isentos.⁴⁷ Desde então foram lançados diversos editais de convocação, somando 90 chamadas, entre setembro de 1942 e março de 1944, relacionadas a soldados – houve também junto a FEB a atuação de um corpo de enfermeiras, cuja convocação, organização e funcionamento não serão aqui abordados - e 20 convites específicos para oficiais, a maioria deles com funções ou profissões definidas tais como: médicos, farmacêuticos, dentistas, pilotos.⁴⁸

Nas convocações enumerava-se uma série de garantias aos futuros combatentes, desde a atribuição de vantagens em caso de invalidez, em virtude de atos de agressão dos inimigos até a concessão de pensão aos seus descendentes, nas hipóteses de morte ou desaparecimento em combate. Aos operários era-lhes asseverado

⁴⁶ O estágio da missão militar brasileira na frente de guerra. *Folha da Manhã*, S. Paulo, 14 jan. 1944, 1º caderno, p. 4.

⁴⁷ Decretada a mobilização em todo o território nacional. *Folha da Manhã*, S. Paulo, 17 set. 1942, 1º caderno, p. 1.

⁴⁸ A situação dos médicos, dentistas e farmacêuticos em caso de mobilização. *Folha da Manhã*, S. Paulo, 05 set. 1943, 1º caderno, p. 4.

receberem metade de seus salários enquanto servissem a nação, estando ou não inscritos em instituto, caixa de aposentadoria ou pensão.⁴⁹

A maioria dos reservistas convocados tinha entre 18 e 25 anos, partia-se do pressuposto de que a batalha era para os jovens. Prevendo-se que no campo de guerra as guarnições sofreriam condições adversas, fome e sono, acreditava-se que eles suportariam melhor estas situações desconfortáveis.⁵⁰

O tempo determinado para a apresentação era em média oito dias,⁵¹ embora existam menções a prazos de até 20 dias ou mais.⁵² Reiteravam-se nas convocações as ameaças de condenação por insubmissão – *não apresentação à incorporação quando chamado a servir, pena de dois a cinco anos de prisão* – e por deserção – *ausentar-se, sem licença da unidade em serve ou do lugar onde se deve permanecer, pena de um a quatro anos de prisão*.

A seleção física dos soldados para o corpo expedicionário iniciou-se no dia 21 de outubro de 1943, por meio do trabalho de juntas médicas que examinavam os futuros combatentes e verificavam, especialmente, a altura dos convocados, sendo a estatura mínima exigida de 1,60 metros.⁵³ Embora submetidos a exames clínicos, ao ingressarem nos campos de treinamentos muitos dos selecionados não

⁴⁹ Regulada a situação dos militares que se tornarem inválidos para o serviço ativo. *Folha da Manhã*, S. Paulo, 09 out. 1942, 1º caderno, p. 2.

⁵⁰ KEEGAN, John. *A face da batalha*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército. 2000. p. 304.

⁵¹ Os primeiros reservistas chamados, por edital da 2ª região militar, para o serviço ativo do Exército Nacional. *Folha da Manhã*, S. Paulo, 16 out. 1942, 1º caderno, p. 4.

⁵² Edital de convocação. *Folha da Manhã*, S. Paulo, 16 set. 1942, 1º caderno, p. 9.

⁵³ Seleção dos soldados do corpo expedicionário. *Folha da Manhã*, S. Paulo, 20 out. 1943, 1º caderno, p. 3.

satisfaziam, efetivamente, as exigências para o combate, ocasionando inúmeras dispensas por incapacidade física. Tais casos levaram o Ministro da Guerra a ordenar mais esmero aos médicos durante as inspeções de saúde dos recrutas, orientando-lhes que usassem na execução de seus trabalhos, o máximo de equipamentos, recursos e exames disponíveis.⁵⁴ Em sua defesa tais profissionais alegaram que lhes faltava tempo hábil para uma devida verificação da saúde dos pracinhas o que fazia com que muitos problemas passassem despercebidos.

Os treinamentos dos selecionados começaram em 12 de janeiro de 1944, no campo de Engenho da Aldeia, no Estado de Pernambuco, área da atuação da 7ª região militar, graças ao apoio dos norte-americanos que cederam os armamentos e máquinas para abrir estradas e nivelar o terreno.⁵⁵ Nesse local, a preparação era com tiros reais das tropas estacionadas, para testar manobras de progressões sob fogo verdadeiro e minas terrestres, além de outras armadilhas com a finalidade de tentar aproximar ao máximo os futuros combatentes do cotidiano de um campo de batalha real e para avaliar as suas efetivas condições psicológicas.⁵⁶ Ainda nesse mesmo mês e ano, um segundo campo de treinamento foi instalado no Estado do Rio de Janeiro, no

⁵⁴ Inspeção de saúde de recrutas voluntários. *Folha da Manhã*, S. Paulo, 04 mar. 1944, 1º caderno, p. 4.

⁵⁵ Ministério da Guerra. *Folha da Manhã*, S. Paulo, 01 jan. 1944, 1º caderno, p. 4.

⁵⁶ Serão exercitadas com tiro real as tropas estacionadas em Engenho da Aldeia. *Folha da Manhã*, S. Paulo, 01 fev. 1944, 1º caderno, p. 2.

Cordis. Dimensões do Regime Vargas, v. 2, São Paulo, n. 19, p. 43-84, jul./dez. 2017. ISSN 2176-4174.

qual os soldados passaram a ser preparados para o combate com material americano recém-adquirido, também com fogo real.⁵⁷

Selecionados, agrupados e treinados os soldados, antes do tão esperado embarque o comando militar promoveu o desfile das tropas expedicionárias brasileiras, em 31 de março de 1944, na capital da República. Nessa ocasião participaram cerca de 9500 soldados da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária da FEB, sob o olhar atento de Getúlio Vargas, do Ministro da guerra, do chefe do Estado Maior e outras altas patentes do exército brasileiro.⁵⁸

Diante do perigo de sabotagem aos navios de transporte da tropa brasileira e riscos de seu torpedeamento em alto mar os detalhes sobre a data e o local do embarque do primeiro escalão da FEB foram protegidos, dando-se em data não conhecida. Finalmente, em 16 de julho de 1944, as forças brasileiras desembarcam em Nápoles.

Vencidos os obstáculos chegou ao solo europeu a primeira força de combate latino-americana, única a integrar o campo de batalha na Segunda Guerra Mundial ao lado dos aliados. Satisfeitos os pressupostos políticos, cumpridos os condicionantes econômicos e materiais e superados os desafios táticos, estratégicos, operacionais e logísticos, finalmente, as forças militares brasileiras estavam no front, restava o desafio de atuar.

⁵⁷ Visita do Ministro da Guerra aos quartéis da Força Expedicionária. *Folha da Manhã*, S. Paulo, 18 abr. 1944, 1º caderno, p. 4.

⁵⁸ Desfilará hoje no Rio a Primeira Divisão de Infantaria Expedicionária. *Folha da Manhã*, S. Paulo, 31 mar. 1944, 1º cad., p. 4.

Considerações finais

Disputado no intrincado tabuleiro dos interesses táticos e estratégicos da Alemanha e dos EUA, o governo de Getúlio acabou associando-se aos americanos. A sua opção pelos EUA rendeu-lhe acordos comerciais, apoio técnico e financiamento para a construção de um complexo siderúrgico nacional, além da promessa de rearmamento do Exército. Em contrapartida, o Brasil concedeu a Washington autorização para a construção e operação de bases militares no litoral nordestino, destinadas a pouso e decolagem de aviões aliados. Prometeu-lhes auxílio na patrulha e proteção das rotas comerciais no oceano Atlântico e assumiu o compromisso de encerrar os acordos e transações comerciais com a Alemanha, Itália e Japão ou qualquer de seus países satélites, cessando os seus acessos aos recursos naturais nacionais, especialmente, a minerais e a borracha.

Os ataques desferidos pelos submarinos alemães a navios mercantes brasileiros incendiaram a fogueira, foram o estopim numa situação tumultuada que, após o rompimento diplomático em janeiro de 1942, se deteriorara rapidamente. Tratou-se da última gota que fez transbordar uma relação já desgastada, levando à beligerância.

Declarada a guerra e disposto a efetivamente envolver-se no combate, o Brasil colocou-se diante de uma série de desafios. A partir das reais e efetivas condições econômicas, políticas e militares do país o Governo Vargas tratou de organizar a participação da nação no conflito, mediante um esforço coletivo de amplas dimensões. Cuidou de atender as demandas de recursos financeiros, materiais e humanos

essenciais a esse tipo de atuação e, não menos importante, dedicou-se à árdua tarefa de integrar as esferas civis e militares num empenho conjunto capaz de satisfazer os preparativos para o combate.

Economicamente despreparado para arcar com as despesas, o governo capitalizou-se mediante a venda de títulos da dívida pública, de forma livre e compulsória, forma usada para angariar os fundos necessários a tal empreitada, comprovando, na prática, a regra de que promover a guerra é uma tarefa de alto custo.

Progressivamente, a população brasileira foi envolvida num esforço nacional que ultrapassou o universo dos combatentes, demonstrando que de fato, fazer a guerra não é uma atividade restrita aos círculos militares e de seus especialistas. Na preparação para o confronto a população civil não esteve imune ao esforço de guerra e, tampouco, permaneceu alheia a tais domínios. Veja-se, por exemplo: a aquisição compulsória dos “bônus de guerra” imposta a dadas categorias e a participação civil mediante doações de materiais, borracha e metais, em campanhas cujo sucesso credita-se à atuação de organizações civis e de estudantes.

O esforço de guerra esteve muito além dos muros de quartéis e campos militares, alcançou o dia a dia da população brasileira, em diversos lugares e segmentos. Nesse sentido, os treinamentos de defesa passiva, especificamente, os exercícios de escurecimento, nas cidades litorâneas e nas capitais mostram como a vivência do conflito chegou ao cotidiano do cidadão comum, abarcando aspectos relacionados a sua

privacidade com a imposição de regras, práticas e comportamentos a serem adotados na intimidade de suas residências.

A necessidade de capacitação técnica, a promoção de determinados afazeres, a reordenação das atividades produtivas, assim como os reflexos da mobilização no mundo operário demonstram que a economia da guerra englobou aspectos que foram muito além do mero custeio. Ultrapassou e alcançou variadas escalas da cadeia produtiva, incluso os trabalhadores, suas relações e cotidianos nas unidades fabris.

Nessa intrincada movimentação, não menos trabalhosa foi a formatação de um grupo coeso de soldados, com capacitação técnica e organização operacional para atuar no front, num país sem tradição de participação efetiva em guerras. As dificuldades quanto a mobilização, convocação e o treinamento da FEB evidenciam os desafios enfrentados na formação de uma tropa que agrega militares de carreira e reservistas civis.

Participar fisicamente do combate exige disposição pessoal – pois há de considerar que fazer a guerra não é um trabalho comum diante de todos os riscos que incorre – mas, sobretudo, condições físicas adequadas - o que implica na importância da seleção – e, particularmente demanda o domínio pelo soldado/combatente de habilidades técnicas e operacionais, conquistadas graças a um treinamento adequado. Nesse sentido, nota-se que composição da tropa de combate brasileira não deixou de ser marcada por contratempos, seja nas convocações, na tumultuada seleção física e até mesmo em virtude

das recorrentes dispensas dos selecionados por inaptidão nos treinamentos.

Fazer a guerra exige um adequado aparato técnico militar, mediante a posse e o uso de equipamentos, armas, munições, aeronaves e veículos apropriados ao combate e que tenham capacidade de fazer frente às condições técnicas e bélicas dos oponentes. Nesse quesito, a capacitação operacional, aporte e o acesso de armamentos de guerra adequados pelos soldados brasileiros somente foi possível mediante a fundamental ajuda norte-americana, num intrincado jogo de barganhas estratégicas, cujo maior benefício tático a eles concedido foi licenças para a construção, o acesso e o uso das bases brasileiras para pouso, abastecimento, estacionamento e decolagens de suas aeronaves.

De tudo o exposto, percebe-se, portanto, que ao declarar a guerra e ao buscar a participação das forças militares nacionais no campo de batalha, o Governo Vargas imiscuiu-se num xadrez político, militar, técnico, estratégico e operacional de múltiplas dimensões. Num intrincado tabuleiro, diante de suas reais condições econômicas, políticas e militares, o seu universo do “possível”, Getúlio colocou em cena demandas, ganhou vantagens e pagou o preço por se posicionar, para se preparar e adentrar no front, uma considerável façanha, num período conturbado.

Referências

Bibliografia

- ALVES, Vágner Camilo. Ilusão desfeita: a “aliança especial” Brasil-Estados Unidos e o poder naval brasileiro durante e após a Segunda Guerra Mundial. *Rev. bras. polít. int.*, Brasília, v. 48, n. 1, p. 151-177, Jun. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292005000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 26 Mar. 2018.
- BOBBIO, Norberto. *Teoria geral da política - a filosofia e as lições dos clássicos*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- BONET, Fernanda dos Santos. *Autoritarismo e nacionalismo: o discurso oficial sobre o envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial, através das páginas da revista “Cultura política”*. Dissertação (Mestrado em História). Fac. de História, PUCRS, Porto Alegre, 2010.
- BULL, Hedley. *A Sociedade Anárquica*. São Paulo: Universidade de Brasília, 2002.
- COGGIOLA, Osvaldo (Org). *Segunda Guerra Mundial: um balanço histórico*. São Paulo: USP, 1995.
- CRUZ, Luiz Antônio Pinto. *“A guerra já chegou entre nós”!: o cotidiano de Aracaju durante a guerra submarina (1942-1945)*. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal da Bahia. Salvador – BA, 2012.

CYTRYNOWICZ, Roney. *Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano de São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Geração Editorial/Edusp, 2000.

GARFIELD, Seth. A Amazônia no imaginário norte-americano em tempo de guerra *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v. 29, n. 57, p. 19-65, June 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882009000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 26 Mar. 2018.

HORA, Carmem Daniella Spínola da. *O silenciamento no texto jornalístico e a construção social da realidade*. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, UFRN, Natal, RN, 2006.

KEEGAN, John. *A face da batalha*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2000.

MACEDO. Ranielli Cavalcante de. *História, memória e espaços: experiência dos ex-combatentes de Parelhas-RN na defesa do litoral brasileiro durante a Segunda Guerra Mundial*. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Ciências Humanas e Artes, UFRN, Natal, 2009.

MOURA, Gerson. *Relações exteriores do Brasil: 1939-1951: mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial*. Brasília: FUNAG, 2012. p. 51.

Fontes

A coleta de borracha usada. *Folha da Manhã*, S. Paulo, 02 jul. 1943, 1º caderno, p. 2.

Cordis. Dimensões do Regime Vargas, v. 2, São Paulo, n. 19, p. 43-84, jul./dez. 2017. ISSN 2176-4174.

A mobilização da mão de obra. *Folha da Manhã*, S. Paulo, 26 set.1942, 1º caderno, p. 4.

A situação dos médicos, dentistas e farmacêuticos em caso de mobilização. *Folha da Manhã*, S. Paulo, 05 set. 1943, 1º caderno, p. 4.

Acertadas todas as medidas para a realização, hoje, dos primeiros exercícios de “Black-out” nesta capital. *Folha da Manhã*, S. Paulo, 18 set. 1942, 1º caderno, p. 5.

Afim de tratar da cultura de cereais e da multiplicação do rebanhos, reunir-se-ão os lavradores do Estado. *Folha da Manhã*, S. Paulo, 03 out. 1942, 1º caderno, p. 4.

Como se processará, no Estado de São Paulo, a mobilização dos operários de nossos estabelecimentos industriais. *Folha da Manhã*, S. Paulo, 22 out.1942, 1º caderno, p. 5.

Construção de trincheiras-abrigos públicos e particulares. *Folha da Manhã*, S. Paulo, 04 nov. 1942, 1º caderno, p. 3.

Criado o serviço de defesa passiva antiaérea em todo o país. *Folha da Manhã*, S. Paulo, 27 ago. 1942, 1º caderno, p. 3.

Declaradas de interesse militar várias fabricas do país. *Folha da Manhã*, S. Paulo, 27 fev. 1943, 1º caderno, p. 4.

Decretada a mobilização em todo o território nacional. *Folha da Manhã*, S. Paulo, 17 set. 1942, 1º caderno, p. 1.

Desfilará hoje no Rio a Primeira Divisão de Infantaria Expedicionária. *Folha da Manhã*, S. Paulo, 31 mar. 1944, 1º cad., p. 4

Dezoito milhões de cruzeiros no primeiro mês de arrecadação das “Obrigações de guerra” em São Paulo. *Folha da Manhã*, S. Paulo, 05 fev. 1943, 1º caderno, p. 4.

Edital de convocação. *Folha da Manhã*, S. Paulo, 16 set. 1942, 1º caderno, p. 9.

Encerra-se hoje em todo o Estado a campanha da borracha reaproveitável. *Folha da Manhã*, S. Paulo, 15 jul.1943, 1º caderno, p. 12.

Encontram-se na África do Norte vários oficiais das forças armadas brasileiras. *Folha da Manhã*, S. Paulo, 14 dez. 1943, 1º caderno, p. 1.

Esclarecimentos sobre a subscrição de “bônus de Guerra”. *Folha da Manhã*, S. Paulo, 20 fev. 1943, 1º caderno, p. 3.

Esperam-se completos resultados com os exercícios do segundo “Black-out” parcial da cidade de S. Paulo, a serem realizados sexta-feira próxima. *Folha da Manhã*, S. Paulo, 23 set. 1942, 1º caderno, p. 5.

Estão sendo ultimados os preparativos para o exercício de “Black-out”, sexta-feira próxima, nesta capital. *Folha da Manhã*, S. Paulo, 16 set.1942, 1º caderno, p. 3.

Hoje, entre as 13 e 16 horas, o primeiro exercício de “alerta diurno” em S. Paulo *Folha da Manhã*, S. Paulo, 30 out. 1942, 1º caderno, p. 5.

Inspeção de saúde de recrutas voluntários. *Folha da Manhã*, S. Paulo, 04 mar. 1944, 1º caderno, p. 4.

Ministério da Guerra. *Folha da Manhã*, S. Paulo, 01 jan. 1944, 1º caderno, p. 4.

Nesta semana, tudo deve permanecer apagado até as 18 horas e 54 minutos. *Folha da Manhã*, S. Paulo, 09 dez. 1942, 1º caderno, p. 5.

O estágio da missão militar brasileira na frente de guerra. *Folha da Manhã*, S. Paulo, 14 jan. 1944, 1º caderno, p. 4.

O recolhimento das quotas de “Obrigações de guerra”. *Folha da Manhã*, S. Paulo, 09 out. 1942, 1º caderno, p. 2.

Obtiveram pleno êxito os exercícios de obscurecimento realizados ontem em Niterói. *Folha da Manhã*, S. Paulo, 15 set. 1942, 1º caderno, p. 3.

Opinião de um oficial do serviço bélico sobre a campanha do metal entre nós. *Folha da Manhã*, S. Paulo, 17 out. 1942, 1º caderno, p. 5.

Os primeiros reservistas chamados, por edital da 2ª região militar, para o serviço ativo do Exército Nacional. *Folha da Manhã*, S. Paulo, 16 out. 1942, 1º caderno, p. 4.

Primeiro exercício de alerta diurno antiaéreo. *Folha da Manhã*, S. Paulo, 23 out. 1942, 1º caderno, p. 2.

Proibida pelo Serviço de Defesa Passiva a iluminação da orla do Rio de Janeiro. *Folha da Manhã*, S. Paulo, 11 ago. 1943, 1º caderno, p. 4.

Recolhimento da subscrição de Obrigações de guerra. *Folha da Manhã*, S. Paulo, 27 jan. 1944, 1º caderno, p. 4.

Redução da iluminação das cidades em todo o litoral como medida de defesa. *Folha da Manhã*, S. Paulo, 07 ago. 1943, 1º caderno, p. 3.

Regulada a situação dos militares que se tornarem inválidos para o serviço ativo. *Folha da Manhã*, S. Paulo, 09 out. 1942, 1º caderno, p. 2.

Seleção dos soldados do corpo expedicionário. *Folha da Manhã*, S. Paulo, 20 out. 1943, 1º caderno, p. 3.

Serão exercitadas com tiro real as tropas estacionadas em Engenho da Aldeia. *Folha da Manhã*, S. Paulo, 01 fev. 1944, 1º caderno, p. 2.

Serão realizados sexta-feira próxima, pela primeira vez, em S. Paulo, exercícios práticos de “Black-out” *Folha da Manhã*, S. Paulo, 15 set. 1942, 1º caderno, p. 7.

Seu filho poderá ser chamado [Propaganda]. *Folha da Manhã*, S. Paulo, 13 jun. 1943, 1º caderno, p. 7.

Terá início dia 10 de novembro a subscrição pública de “obrigações de guerra”. *Folha da Manhã*, S. Paulo, 29 out. 1942, 1º caderno, p. 3.

Tomadas todas as providencias para o êxito do exercício de “Black-out” a realizar-se hoje, promovido pelo Serviço de Defesa Passiva Antiaérea. *Folha da Manhã*, S. Paulo, 16 out. 1942, 1º caderno, p. 4.

Verificou-se ontem nesta capital, obtendo completo êxito, o escurecimento total de surpresa organizado pelo Serviço de Defesa Passiva Antiaérea. *Folha da Manhã*, S. Paulo, 11 dez. 1942, 1º caderno, p. 8.

Visita do Ministro da Guerra aos quartéis da Força Expedicionária. *Folha da Manhã*, S. Paulo, 18 abr. 1944, 1º caderno, p. 4.

Recebido em 30 de março de 2017; aprovado em 30 de novembro de 2017.